



## **Substituindo a fé em Deus pela fé na Ciência: A cobertura do Diário Catarinense sobre os relatórios do IPCC<sup>1</sup>**

Jorge Kanehide Ijuim<sup>2</sup>  
Cristian Madalena Derosa<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

### **Resumo**

Este trabalho se propõe analisar o tema Mudanças Climáticas e Aquecimento Global no jornal Diário Catarinense (DC), no período em que foi publicado o quarto relatório do IPCC - Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (2007). O objetivo é verificar o modo como se deu a adesão do jornal à opinião de uma parte da comunidade científica representada pelo relatório em detrimento de outras visões sobre o fenômeno climático. Buscando delinear as influências da agenda midiática (McCombs, 2009), examinamos uma amostra de matérias do DC, através da análise de conteúdo (Hercovitz, 2008), de modo a compreender de que forma essa adesão foi discursivamente construída. O segundo objetivo deste estudo é procurar entender os porquês de a Imprensa – em particular o Diário Catarinense – concentrar seu noticiário nas fontes oficiais. Para tanto, trazemos à discussão uma crítica à Ciência Moderna desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2010).

### **Palavras-chave**

Ciência e Jornalismo; Jornalismo ambiental; IPCC; Mudanças climáticas; Diário Catarinense.

### **1. O relatório do IPCC como fenômeno midiático**

Em fevereiro de 2007, as Nações Unidas publicaram o quarto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), apresentado pelo órgão que reunia cientistas de 150 países para analisar as mudanças no clima terrestre. A publicação do documento mobilizou a imprensa do mundo inteiro e o assunto se tornou amplamente debatido nos diferentes âmbitos da sociedade. Como conclusões científicas, o relatório apontava o preocupante cenário de um aquecimento da atmosfera e enumerava consequências como o aumento do nível do mar, extinção de espécies, além de mudanças drásticas na geografia terrestre e, posteriormente, na economia mundial. A principal causa que concorria para isso, segundo os cientistas, foi a influência do

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 4 a 6 de junho de 2015.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da USP; professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina; e-mail: [ijuim@cce.ufsc.br](mailto:ijuim@cce.ufsc.br).

<sup>3</sup> Jornalista; mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina; e-mail: [derosa.cristian@gmail.com](mailto:derosa.cristian@gmail.com).



homem no meio ambiente através da emissão de gases de efeito estufa, fruto da crescente industrialização.

Embora a opinião científica sobre estas causas não formassem nenhum consenso no campo da ciência, as conclusões do IPCC foram interpretadas pela imprensa como algo irreversível, decisivo e, portanto, consensual entre os cientistas. Afinal, o relatório salientava que havia 90% de chances de o fenômeno ser causado pelo homem, ou seja, dos prognósticos científicos estarem corretos. Na imprensa, porém, chegou-se a dizer que esses 90% se referiam ao percentual de culpa humana no fenômeno. Muitos cientistas vieram a público chamando a atenção para as distorções da mídia e a pouca divulgação da divergência que havia entre os próprios cientistas responsáveis pelas pesquisas do relatório.

Diante disso, pesquisadores de comunicação começaram a se interessar por esse fenômeno midiático que produzia reportagens alarmistas e que concedia pouca publicidade a ideias contrárias à tese do chamado aquecimento antropogênico, de causas humanas. A publicação do relatório do IPCC e sua divulgação deram grande impulso à causa ambiental já existente há décadas, reforçando a sua imagem como novo paradigma de desenvolvimento. O ambientalismo se tornou rapidamente um emergente código moral, com seus prognósticos técnicos e códigos de conduta que iam além da vida social passando por responsabilidades individuais e recomendando comportamentos sociais, políticos, empresariais e governamentais ditos ecologicamente corretos. Esta nova visão parecia basear-se na interpretação de resultados de uma única comunidade científica cuja opinião era tida como homogênea e consensual.

Este pensamento único que a mídia privilegiava chamou a atenção de pesquisadores como Painter (2008) que notou nas páginas dos jornais a pouca presença de opiniões contrárias à hipótese antropogênica. A partir de uma análise de conteúdo nos jornais brasileiros Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, entre fevereiro e junho de 2007, o estudo de Painter revelou que de 1% a 3% dos artigos de opinião apresentavam o posicionamento cético, bem diferente dos jornais de países como o Reino Unido (de 4% a 23%) e EUA (de 13% a 40%). O trabalho de Painter abrangia jornais de 50 países.

Outra pesquisa que se concentrou na forma como o jornalismo ambiental brasileiro abordou a questão foi o relatório da ANDI – Comunicação e Direitos (2008), que detalhou a cobertura a partir do monitoramento de 50 jornais de 26 estados brasileiros e



do Distrito Federal, entre julho de 2005 e dezembro de 2008. O objetivo do estudo foi avaliar em que medida questões relacionadas ao fenômeno das Mudanças Climáticas repercutem na imprensa nacional e investigar a qualidade desse conteúdo. Os resultados da análise de textos publicados entre 2005 e 2007 evidenciaram um aumento significativo no número de matérias sobre Mudanças Climáticas. Esta mesma tendência foi observada em pesquisas internacionais de acordo com o relatório.

Os resultados destas duas pesquisas levam a um questionamento acerca da influência que o tratamento de temas científicos e ambientais pode exercer nas pautas públicas e na sua relação com agendas políticas internacionais. Um dos caminhos de reflexão dessas questões pode estar nas perguntas que originaram teorias como a Agenda-Setting (agendamento), de McCombs e Shaw (2009). A preocupação com as relações entre as agendas públicas e políticas levou ao estudo dos fatores formadores da agenda da mídia. A influência exercida entre agendas políticas ou governamentais no conjunto de hábitos profissionais do jornalismo para tentar definir as aspirações do público, se tornou um dos principais objetos de estudo da teoria do agendamento.

O Diário Catarinense (DC), como veremos nas próximas linhas, assumiu em suas páginas: 1) a agenda da ONU e 2) o discurso ditado pelo Quarto Relatório do IPCC.

## **2. A adesão do DC ao IPCC**

O jornal Diário Catarinense foi fundado em maio de 1986, em Florianópolis, e tem abrangência estadual. De acordo com dados institucionais publicados em seu site, o jornal circula em 243 dos 293 municípios catarinenses. Sua tiragem alcança 38 mil exemplares (durante a semana) e, no domingo, esse número chega a 56 mil. Estes dados, segundo a página institucional, colocam o DC como o jornal líder do mercado de veículos impressos em Santa Catarina. O número de leitores estimado é de 217 mil. Destes, seu público principal é formado por leitores jovens: 39% estão na faixa etária que vai dos 25 aos 39 anos; 24% pertencem à faixa de idade que vai dos 15 aos 24 anos.

De janeiro a julho de 2007, período escolhido para análise, o DC publicou 212 das quais analisamos 12.076 textos entre notícias, notas, reportagens, editoriais e artigos de opinião. Considerando o total deste corpus a cobertura total sobre Mudanças Climáticas representou 0,79%. Um percentual de 93% do total de textos é representado por notícias, reportagens e notas. Deste montante, 57 matérias, ou seja, 0,5% do total,



tratavam das Mudanças Climáticas, nos quais o relatório IPCC esteve presente como fonte primária ou secundária, mas desempenhou função de definidor primário.

A seguir, apresentaremos duas das peças jornalísticas selecionadas entre a amostra e analisadas sob alguns aspectos. Elas marcam com propriedade o tom do discurso construído pelo jornal:

### **Primeira matéria em análise: Revelação alarmante**

A matéria publicada em 3 de fevereiro de 2007 leva o título “Terra à beira da catástrofe”, sob a cartola Aquecimento Global.

O alerta lançado por um comitê internacional de cientistas, ontem, na França, desdobra-se em três inquietações para a humanidade. Primeira: o aquecimento global é inequívoco. Segunda: 90% da culpa são do homem. Terceira: os efeitos persistirão nos próximos séculos, mesmo que parem as emissões dos gases causadores do efeito estufa. (*grifos nossos*)

O lead apresenta três constatações presentes no Relatório do IPCC que classifica como “inquietações para a humanidade”. A primeira é que o Aquecimento Global é inequívoco, colocando as conclusões dos cientistas do comitê longe da possibilidade de dúvida. A segunda, a de que 90% da culpa pelo fenômeno climático é da atividade humana, encontra-se um equívoco na leitura ou interpretação do Relatório do IPCC. Em suas páginas iniciais, onde tece considerações às conclusões do documento, encontra-se:

É muito provável que o aumento observado da concentração de gás metano é devido às atividades antropogênicas, predominantemente a agricultura e o uso de combustível fóssil, mas contribuições relativas a diferentes tipos de fontes não estão bem determinadas (IPCC, 2007, p.4).

Em nota de rodapé, porém, é indicado o significado da expressão “muito provável” que é de 90%<sup>4</sup>. Portanto, essa percentagem refere-se à chance de o aquecimento global ter causa humana e não como uma fração (quantidade) da culpa humana no fenômeno, o que é bem diferente. A matéria dá a impressão de que a causa humana das Mudanças

---

<sup>4</sup> Do original: “It is very likely that the observed increase in methane concentration is due to anthropogenic activities, predominantly agriculture and fossil fuel use, but relative contributions from different source types are not well determined”. Nota de rodapé do documento: “In this Summary for Policymakers, the following terms have been used to indicate the assessed likelihood, using expert judgement, of an outcome or a result: Virtually certain > 99% probability of occurrence, Extremely likely > 95%, Very likely > 90%, Likely > 66%, More likely than not > 50%, Unlikely < 33%, Very unlikely < 10%, Extremely unlikely < 5%”.



Climáticas é algo inequívoco quando na verdade o relatório classifica de inequívoco somente o fenômeno climático e não a sua causa. Muitos jornais e revistas fizeram esta mesma afirmação do Diário Catarinense, cometendo, portanto, o mesmo erro.

A terceira inquietação apresentada pelo jornal diz respeito à inevitabilidade do fenômeno. A leitura jornalística deste trecho busca evidentemente o alarme. O catastrofismo e o pânico das imagens que acompanham a matéria é algo, isto sim, evidente. O intuito de gerar a consciência do inevitável e do clima de catástrofe marcou os primeiros meses de cobertura do Aquecimento Global. O primeiro box da matéria traz três frases de presidentes do Brasil, dos EUA e da França, pelas quais ressaltam a importância do relatório e confirmam o compromisso de seus países com as revelações trazidas pelo documento, bem como a preocupação com o futuro do planeta.

Em seguida, uma coluna que leva o título de “história vai condenar os poluidores”, já aponta soluções para o problema planetário e, ao final, informa as providências que já haviam sido levantadas antes pelo Fórum Econômico Global, colocando o aquecimento global como um problema a cargo das grandes potências e não mais somente restritos a ecologistas. A menção às espécies ameaçadas é feita, mas deixada em segundo plano diante da crise econômica que o fenômeno climático poderia surtir.

Na segunda página da matéria, há o destaque para as medidas e possibilidades, bem como as oportunidades de negócio para o Brasil em vista do álcool. “Álcool será o combustível do futuro”, anuncia o título do último box da reportagem, que traz o Aquecimento Global como grande oportunidade para a economia brasileira.

**Função** - A função informativa se apresenta, segundo Bueno (2007), como a que responde à necessidade de orientação do leitor. Neste sentido, a notícia da publicação do Relatório IPCC e as informações ali constantes correspondem a essa necessidade e função do próprio jornal. O apelo da inevitabilidade e do catastrofismo, porém, dirige a atenção para a necessidade do controle da situação pelas grandes potências e favorece o clima de cobrança internacional por medidas que salvem o planeta. A função política predomina na matéria, o que é evidenciado pelas frases dos presidentes, o tom alarmista da interpretação do IPCC e a ausência de soluções individuais que pressuporiam uma função mais pedagógica ligada à participação dos cidadãos.

Portanto, entre as funções do jornalismo ambiental recomendadas por Bueno (2007), reconhecemos a predominância da *função política*, já que a matéria chama a atenção



para a necessidade da ação política como solução principal e clama à cooperação internacional ecoando o objetivo do próprio relatório. Mas acreditando que as funções do jornalismo ambiental podem e devem ser usadas em um aspecto também descritivo e crítico, acreditamos que se possa infundir a este tipo de matéria aquilo que chamaríamos de função alarmista, uma clara característica da reportagem analisada e que se encontra presente também em uma grande quantidade de textos do objeto delimitado para análise. Tratamos essa abordagem alarmista como indicação do que afirma Weingart (2000) de que o alarmismo ou catastrofismo pode servir a uma série de interesses políticos.

**Visão de meio ambiente** - Parece-nos perceptível a influência de uma visão técnica em relação ao meio ambiente. Devido a preocupação com a crise dos recursos e impacto econômico das mudanças climáticas, assim como as soluções políticas apontadas no sentido de fomentar determinadas condições econômicas em consonância com intervenções características das instituições internacionais, consideramos predominante a visão *ecotecnocrática* de meio ambiente que, segundo Caporal (2001), impõe-se na maioria do conteúdo de meio ambiente quando este se concentra nas consequências econômicas e trata o meio ambiente como um sistema gerenciável tecnicamente. Este meio ambiente, como vimos, é visto como forma de obtenção de lucros ou prejuízos, distante, portanto, daquela visão naturalista pela qual é entendido como fim em si mesmo ou quando foca nos aspectos sociais.

**Fontes** - Quanto às fontes da matéria analisada, o IPCC é evidentemente uma fonte primária, ainda que consideremos o relatório do IPCC uma fonte documental enquanto o órgão representa a fonte institucional produtora deste documento. Conforme Hall (1978), a fonte primária nem sempre coincide em ser também o definidor primário da notícia. Esta ressalva é importante para se compreender que o definidor é quem cria grande parte dos pressupostos. Neste caso, entendemos que o definidor primário coincide com a fonte primária, embora não enquanto documento, mas enquanto órgão detentor de credibilidade legada pelas Nações Unidas. Essa notoriedade se faz presente na figura da comunidade científica que usufrui da autoridade do método científico como legitimador político (WEINGART, 2000). Temos, portanto, uma estrutura hierárquica que vai desde a ciência enquanto símbolo justificador, encarnado nas comunidades científicas, passando pelos órgãos representantes simultâneos da autoridade científica e política, até o documento expedido por estas entidades, que tem lugar de fonte primária.



## **Segunda matéria em análise: Mudanças sentidas na pele**

No início de junho, o Diário Catarinense já começava a anunciar a publicação de um caderno especial sobre o Aquecimento Global. Ao todo, durante os primeiros seis meses de 2007, foram lançados dois cadernos, ambos em caráter essencialmente pedagógico, trazendo recomendações dos cientistas para que os próprios cidadãos pudessem contribuir para a redução do calor na Terra através das mais variadas e simples atitudes cotidianas.

O primeiro caderno foi publicado no dia 5 de junho, em comemoração ao Dia do Meio Ambiente, com patrocínio da maior empresa de energia do estado. O caderno DC Documento trazia a grande reportagem de 11 páginas intitulada: “Terra sob ameaça. Como reduzir o aquecimento global”.

A primeira matéria, “Para um 5 de junho promissor”, começa enfatizando o calor sentido nos últimos 10 anos ligando-o às previsões dos cientistas. O primeiro parágrafo da reportagem destaca:

A população nunca sentiu tanto calor como nos últimos 10 anos. E as previsões não dão frescor. Cientistas garantem que o clima está sofrendo mudanças por causa do aquecimento global, uma consequência dos gases e vapores produzidos, principalmente, pela produção industrial e das queimadas. (*grifos nossos*)

A matéria chama a atenção para a relação entre o desmatamento das florestas brasileiras e as mudanças climáticas e termina por lembrar da iniciativa do Protocolo de Kyoto. Por fim, engloba as atitudes cotidianas do cidadão para ajudar a controlar o clima do planeta. A expressão “cientistas garantem”, comumente usada no jornalismo científico, traduz bem o tipo de expectativa alimentada nas conclusões de pesquisas das ciências naturais, bem como ampliações destas conclusões a aspectos que dizem respeito ao comportamento individual ou coletivo. Como nos lembra Morin (1999), nenhuma ciência pode garantir a validade universal de suas conclusões já que suas premissas dificilmente fazem parte do objeto daquela ciência e as consequências das conclusões também a extrapolam. Além disso, as descobertas e conclusões são sempre temporárias bastando uma única evidência em contrário para derrubar quaisquer vínculos de necessidade lógica ou causal. A garantia referida pela matéria diz respeito à validade social, ao consenso público necessário à ação política e econômica.



Outra matéria do mesmo caderno insiste na percepção do fenômeno global por meio da evidência dos dias quentes. O título, “Catarinenses sentem efeitos das mudanças”, resume o lead, que assegura:

Os catarinenses sentem na pele os efeitos das mudanças climáticas. A redução da amplitude térmica no Estado, ou seja, a diminuição da variação entre a temperatura máxima e a mínima, está aí para quem quiser ver – e sentir.

O técnico entrevistado, o meteorologista e geógrafo da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), não faz previsões, mas descreve algumas conclusões em nível local sobre o tipo de calor sentido no verão que passara, chamando a atenção para o provável prejuízo para a agricultura, além de enfatizar precedentes históricos. Esta matéria individual, portanto, não cita o IPCC nem os cientistas que previram o Aquecimento Global, embora utilize seus pressupostos como certos. Parece ser o repórter, e não um cientista, que vai comprovando o fenômeno por meio de evidências regionais. Em dado momento da matéria, escreve o repórter:

Se, apesar dos estudos apresentados pelo geógrafo da Epagri, ainda restar alguma dúvida sobre o aquecimento global, basta verificar a variação térmica ao longo do século, que, revelam estudos da Nasa, pulou dos 13,6°C registrados no ano de 1880 para 14,4°C em 2005. Ou, sem precisar olhar tão longe, lembrar do ano passado, quando 195 municípios catarinenses decretaram estado de emergência provocado pela estiagem.

O texto parece dialogar com um cético que aparentemente crê que as mudanças na temperatura sejam naturais ou não estejam ocorrendo. Mas a dúvida dos chamados céticos, que já naquela época questionavam as conclusões do IPCC no resto do mundo, estava na causalidade entre emissão de gases e a temperatura, um vínculo de necessidade que até Al Gore, no filme premiado *Uma verdade inconveniente*<sup>5</sup>, disse não ter muita certeza. Embora a matéria não tenha citado nenhuma argumentação cética no texto, ela parece dialogar com a suposta divergência a respeito da mudança ou não do clima da Terra, o que absolutamente não representava o ponto do debate científico que ocorria fora da mídia, nos círculos científicos internacionais.

Assim, o salto de temperatura anual que a matéria sugere como prova do aquecimento global, igualmente não traz nenhuma novidade substancial. Estes dados foram

---

<sup>5</sup> O documentário *Uma verdade inconveniente* analisa a questão do aquecimento global, a partir da perspectiva do ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore. Ele apresenta uma série de dados para comprovar a correlação entre o comportamento humano e a emissão de gases na atmosfera. Informações disponíveis em: <http://www.imdb.com/title/tt0497116/>. Acesso em: 28 abr 2015.



contestados, na época, por cientistas da Metsul, empresa meteorológica do Rio Grande do Sul com pouca ou nenhuma repercussão na mídia nacional. Esta mesma organização dizia que o perigo global, segundo os cientistas gaúchos, não era resultante da ação humana, mas natural, e que a preocupação devia se dirigir à suspeita considerada mais realista de um resfriamento natural, algo que traria bem mais prejuízos e mortes. Conforme as previsões destes últimos cientistas, aqueles 195 municípios que sofreram com a estiagem em 2006, conforme citado na matéria, nos questionamos: eles teriam tido mais sorte do que as cerca de 150 cidades catarinenses que sofreram com a neve no inverno de 2013?

Em seguida, a matéria cita o meteorologista que afirma não existirem até hoje estudos para mostrar os reflexos do fenômeno global em Santa Catarina, “mas observações já apontam para o que os cientistas comentam sobre as mudanças do clima”, afirma o geógrafo. Isso significa que, não havendo nenhum estudo regional para comprovar o que dizem os cientistas internacionais, a confirmação da hipótese do aquecimento global restringe-se às observações que coincidiram com “o que os cientistas comentam”. Podemos dizer então que, sendo objeto da ciência somente aquilo que pode ser por ela mensurável, torne-se objeto de observação de cientistas individuais só o que coincida com a confirmação de hipóteses aceitas pela comunidade científica. Se os cientistas do mundo inteiro fazem declarações seguindo as opiniões aceitas pela categoria, o que dizer de um jornalismo que trata hipóteses científicas como opiniões e as valida socialmente como consensos universais?

A matéria expõe um gráfico que é exatamente o mesmo do publicado junto à reportagem de anúncio do lançamento do relatório do IPCC, em 3 de fevereiro. Apesar de haver modificação no tom das previsões, a hipótese lançada pelo IPCC parece seguir inalterada segundo suas suposições de causalidade.

**Função** - A análise do caderno especial publicado pelo DC indica a predominância da função pedagógica do jornalismo ambiental praticado ali, embora seja patente a presença de matérias que anunciam a necessidade de um pacto global para conter as mudanças e também de páginas e gráficos de cunho informativo.

Um anúncio do filme *Uma verdade inconveniente* estampa uma das páginas intitulada: “Vale a pena assistir”. Ao lado, a matéria “Consciência em sala de aula” traz a história de uma aluna que luta para conscientizar a sociedade por meio de sugestões de modo de



vida aos colegas e aos pais. Destaca o papel dessa consciência para a educação das crianças e modificação dos comportamentos por um mundo melhor.

Outra matéria do caderno faz uma agradável propaganda do Carbon Free, cuja maior vantagem seria a diminuição da emissão de gás carbônico na atmosfera, causadora do Aquecimento Global. Junto a essa matéria, propostas de “um novo estilo de vida” que surge a partir da diminuição do consumo, onde conta com entrevistas de membros de ONGs a recomendar novos comportamentos à população em vista dos desafios climáticos.

**Visão e formação discursiva** - Na análise da formação discursiva e visão de meio ambiente exposta na grande reportagem deste DC Documento, encontramos características de uma visão *ecotecnocrática* devido ao chamado para os prejuízos da agricultura e as consequências econômicas, bem como a tendência a aplicar a comportamentos humanos uma visão técnica extraída das ciências naturais. Mas o discurso predominante parece ter sido o *ecossocial*. Esta formação discursiva especificada por Escobar (1995) é formada por um arranjo entre as perspectivas culturalista e ecossocialista, ambas tidas como descendentes de modelos marxistas e gramscistas, influências teóricas de uma práxis comum a partir dos Estudos Culturais. Esta visão propõe modelos de interações políticas baseados na existência de papéis sociais construtores da dinâmica histórica, que por sua vez é fundamentada pela relação com os bens econômicos e materiais. A função da educação neste sentido é essencial, já que a conscientização (herdeira da consciência de classe contra a alienação promovida pelo capital) é o principal fator de mudança social.

**Fontes** - O relatório do IPCC só apareceu neste caderno quando necessário a uma função informativa, o que no caso ocupou lugar acessório e não principal. Não obstante, o documento da ONU e as afirmações tratadas nos meses anteriores, já consideradas amplamente conhecidas, fazem do IPCC um definidor primário, embora só apareça como fonte secundariamente. O definidor primário, portanto, é institucional. Cientistas locais, como o técnico da Epagri mencionado, membros de ONGs e pesquisadores da Universidade, fizeram parte do rol de fontes utilizadas. São elas as fontes especializadas em grande maioria. É possível afirmar que o DC Documento analisado corresponde ao que seria um trabalho completo de jornalismo ambiental, no qual a multiplicidade das fontes aparece em sua plenitude. Sendo a função do jornalismo ambiental, tal como



afirma Bueno, chamar a atenção para os perigos existentes, este conjunto de matérias obedece em grande parte este intento.

\*\*\*

Como síntese desta etapa do presente trabalho, é possível registrar algumas considerações:

- *A relação entre as funções do jornalismo ambiental e as formações discursivas verificadas nas matérias.* A função informativa no jornalismo ambiental, ao utilizar o discurso naturalista, gera pressões por meio da característica alarmista, o que implica conclusões de ações administrativas e econômicas.

- *O percurso dos critérios de noticiabilidade.* Os valores-notícia estabelecem um conjunto de motivações geradas e geradoras das condições para cada etapa. O risco de extinção de espécies, típico valor-notícia do jornalismo ambiental mais naturalista, somado às mudanças geológicas e marítimas, dão às matérias o tom alarmista e catastrófico que aos poucos se dirige à preocupação com os prejuízos materiais e financeiros. O perigo de mudanças na economia global e perdas nacionais, gerador do clima de crise, tornam possíveis as sugestões de mudanças no âmbito social e cultural dos cidadãos.

- *O poder da ciência e a credibilidade de dados científicos como critério para a escolha de fontes.* Diz respeito ao privilégio de determinadas fontes e a presença do poder científico como legitimador político. Acompanhando o processo dos critérios de valoração das pautas ambientais, a escolha de fontes se completa também a partir do seu grau de credibilidade. Diante dos resultados que apontam uma predominância da fonte institucional nas matérias, é possível sugerir a matiz de sua intencionalidade considerando sua filiação a órgãos supranacionais como as Nações Unidas. A fonte do IPCC como a mais consultada, representou o poder simbólico da ciência e sua influência vista como preferencial na sociedade.

### **Considerações finais:**

#### **Os porquês - a fé na Ciência**

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos lançou em 1987 *Um discurso sobre as ciências*, uma versão atualizada e mais aprofundada de sua conferência *Oração de Sapiência*, proferida na abertura solene das aulas da Universidade de Coimbra, em



1985, onde atua até hoje. Como diz o próprio autor, o texto teve uma carreira feliz, mas enfrentou também alguns percalços. Nos anos noventa, foi alvo de uma “nova guerra das ciências” travada entre positivistas e antipositivistas, entre realistas e construtivistas. O objetivo era denunciar as supostas debilidades das posições antipositivistas ditas “pós-modernas”.

Em *Um discurso sobre as ciências*, Santos apresenta uma posição epistemológica antipositivista, sim. Questiona a teoria representacional da verdade e a primazia das explicações causais e defende que “todo conhecimento científico é socialmente construído, seu rigor tem limites inultrapassáveis e que sua objetividade não implica em sua neutralidade” (2010, p.9). A exemplo de Fritjof Capra e Edgar Morin, o lusitano também critica um paradigma dominante e explicita a emergência de um novo paradigma. Em suma, Santos nunca quis destruir as ciências, mas vislumbrá-la por outra epistemologia. É o que tem feito em seus livros, ensaios e artigos publicados em Portugal, no Brasil e em vários países. Este autor nos ajuda a entender os *porquês* para esta situação aqui apresentada.

Santos (2010) salienta que o fabuloso progresso tecnológico das últimas três ou quatro décadas podem nos iludir a pensar que os personagens da revolução científica inaugurada no século XVI seriam pré-históricos. A rigor, qualquer inovação ocorrida nesses quatrocentos anos é evolução, fruto ou consequência de ideias brotadas a partir de Copérnico, Galileu e Newton. A racionalidade, o experimentalismo e o rigor da lógica metodológica fizeram o homem moderno substituir sua fé no divino pela fé em sua inteligência e em suas próprias mãos.

Como um paradigma dominante, o pensamento científico moderno induz a uma racionalidade que configura um modelo totalitário, como ressalta o autor

[...] na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e por suas regras. É esta a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma com os que o precederam (Santos, 2010, p. 21).

Daí inferir um questionamento: o homem, como personagem central do mundo, teria trocado Deus pela Ciência?

Em seu ensaio *Para além do pensamento abissal* (2007), descreve a bipolarização do mundo por meio de um sistema de distinções visíveis e invisíveis. São linhas, limites



imaginários que separam a realidade social em dois mundos – norte-sul, civilizado-selvagem, colonizador-colonizado. No campo do conhecimento, esse pensamento consiste na concessão à ciência moderna o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso. O caráter exclusivo desse monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e as não científicas de verdade. A ciência como conhecimento monopolista privilegia uma epistemologia das *consequências*; estas vêm sempre antes das *causas*.

A fé cega nas ciências e o monopólio das verdades científicas têm sido motivo e justificativas para a Imprensa atribuir total e irrestrita credibilidade às fontes tidas como fidedignas. Não só os centros de pesquisa, como qualquer organização – pública ou privada –, têm procurado se equipar com os instrumentos criados pelas ciências. Seu braço operativo, a tecnologia, é símbolo do moderno, do atual, da eficiência. Ao Diário Catarinense, não importa as *causas* do aquecimento global, mas interessa o que o relatório elaborado por cientistas renomados de 150 países têm a dizer sobre o tema.

Por quê? Santos nos lembra que a ciência moderna constitui-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvida nos séculos seguintes no domínio das ciências naturais. No século XIX este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes (2010, p. 20-21). Augusto Comte acreditava ser possível usufruir de toda a experiência das ciências naturais na nova ciência. E tal equívoco hoje já é consensual.

Importa também recordar, como já escrevemos anteriormente (Ijuim, 2014, p. 2), que os modelos jornalísticos que utilizamos até hoje foram estabelecidos no século XIX, quando o fazer jornalístico passou de atividade artesanal para empresa de comunicação de massa, um veículo da indústria cultural, e adotou os mesmos métodos e procedimentos de uma fábrica do sistema capitalista. Essa configuração aconteceu no clima e na circunstância da predominância do pensamento científico moderno. Esses princípios operaram tanto nas práticas científicas como nas práticas jornalísticas.

O pensamento científico e pensamento jornalístico, portanto, confluíram e este fato foi determinante para a configuração do modelo de se produzir notícias. O que é objetivo, real, mensurável, útil, exato, preciso se sobrepõe ao subjetivo, relativo, inútil, vago. O pensar e o fazer jornalísticos, por esta lógica, privilegiam a instância que culturalmente é considerada capaz e eficiente para fornecer informações confiáveis – a ciência e seus agentes.



Por outro lado, esta racionalidade reflete nas decisões do que é notícia e nas formas de visualizar a pauta. Em outros termos, nos critérios de noticiabilidade. O que é real, objetivo, exato? Os chamados valores-notícia, que estão em qualquer manual de redação, instituem critérios como novidade, impacto, notoriedade, importância, caráter inesperado, entre outros. Ao que parece, o Diário Catarinense e tantos outros órgãos de imprensa, pelo menos no caso do Aquecimento Global, preferem privilegiar o que há de impactante através da notoriedade de suas fontes oficiais – fidedignas. E, se a ciência dá mais importância às consequências que às causas, a Imprensa também tem se reservado à comodidade de publicar as consequências e deixado ao segundo plano uma de suas principais missões – investigar outras possibilidades, outras versões, outras verdades.

Na divulgação do Quinto Relatório do IPCC, em 2014, a imprensa brasileira e em particular o Diário Catarinense, não agiu de maneira diferente. Com menor ênfase que em 2007, os órgãos de imprensa persistiram no tom alarmista e recorreram à notoriedade do comitê da ONU, como se pode observar nos títulos a seguir, em que o relatório e a ONU são mantidos como fonte primária e/ou definidor primário.

Mudança do clima afeta a todos e está acontecendo agora, alerta IPCC  
Valor Econômico – 31/03/2014

Impacto do aquecimento global será 'grave e irreversível', diz ONU  
BBC Brasil – 31/03/2014

Aquecimento da Terra pode ser o responsável por onda de calor  
Diário Catarinense - Planeta febre - 09/02/2014

2014 pode ser o ano mais quente da história do planeta  
Diário Catarinense - Efeito do El Niño 29/10/2014

Por estas razões, devemos supor que os modelos jornalísticos em prática – pela Imprensa e em particular pelo Diário Catarinense – respondem às duas questões anteriormente apresentadas: 1) a agenda da ONU e 2) o discurso ditado pelos relatórios do IPCC. A adesão irrestrita do periódico é notada pelo agendamento de um órgão supostamente inquestionável, as Nações Unidas, e pelo documento chancelado pela ciência.

Prevalece a fé na ciência.



## Referências bibliográficas

- ANDI - Agência de notícias dos direitos da infância. **Mudanças climáticas na imprensa brasileira**: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007; julho de 2007 a dezembro de 2008. Disponível em:  
<http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/608> . Acesso em: 20 out. 2013.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação e jornalismo ambiental**: teoria e pesquisa. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.
- \_\_\_\_\_. Jornalismo ambiental: além do conceito. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR, n. 15, 2007, p. 33-44.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma nova extensão rural. In: **Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Botucatu: Instituto Giramundo Mutuando, 2001. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/13.pdf> . Acesso em: 1 de nov. 2013.
- ESCOBAR, A. **El desarrollo sostenible**: diálogo de discursos. Ecología Política, Barcelona: Icaria, 1995.
- HALL, Stuart et al. **Policing the Crisis**: Mugging, the State, and Law and Order. London: Macmillan Press, 1978.
- HERCOVITZ, Heloiza Golspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 123-142.
- IJUIM, Jorge Kanehide. **Ciência e Jornalismo**: Apontamentos sobre as ideias de Boaventura de Sousa Santos para a compreensão do jornalismo. Revista Ação Midiática. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. Curitiba: N° 7, Ano 2014. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/acaomidiatica/article/view/36297> . Acesso em 28 abr 2015.
- MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- PAINTER, James. **Summoned by science: reporting climate change at Copenhagen and beyond**. Challenges. London: Oxford's Reuters Institute for the study of journalism, 2010.
- PANZENHAGEN, Dario. **O clima no mundo voltará a esfriar**. Jornal NH. Novo Hamburgo/RS. 15 de fevereiro de 2007, Especial, p. 8. Disponível em:  
<http://www.metsul.com/editor/filemanager/files/nh2.pdf> . Acesso 28 abr 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais. 78, Coimbra: Outubro 2007: 3-46. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147\\_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal\\_RCCS78.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf) . Acesso em: 07 jun. 2014.
- TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo**: Análise e Textos da Teoria do Agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.
- WEINGART, Peter; ENGELS, Anita; PANSEGRAU, Petra. **Risks of communication**: discourses on climate change in science, politics, and the mass media. [S.L.]: Public Understanding of Science, 2000.